



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES  
EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA**

**DIREITO DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO: A  
PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES ESTAGIÁRIOS EM RELAÇÃO ÀS  
INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**JOÃO CAVALCANTE VEIGA NETO**

Maceió  
2019

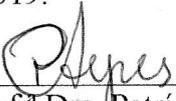


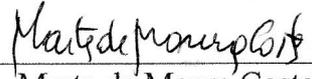
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS-UFAL  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE/IEFE  
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA-LICENCIATURA

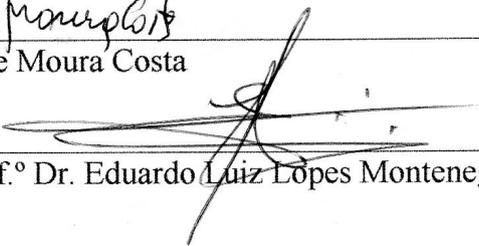
**ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Ata de reunião de defesa pública do Trabalho de Conclusão do Curso e Educação Física da Universidade Federal de Alagoas do acadêmico JOÃO CAVALCANTE VEIGA NETO, matrícula: 12211467, intitulado: **Direito de aprendizagem e desenvolvimento: a percepção dos estudantes estagiários em relação às interações e brincadeiras na educação infantil**, realizada no dia 16/04/2019, às 13h, na Sala 02, do IEFE. A banca foi constituída pelos seguintes membros: Prof.<sup>a</sup> Dra. Marta de Moura Costa, Prof.<sup>o</sup> Dr. Eduardo Luiz Lopes Montenegro e Prof.<sup>a</sup> Dra. Patrícia Cavalcante Ayres Montenegro.. Aberta a sessão, a Presidente deu a palavra ao acadêmico que dispôs de 20 (vinte) minutos para a apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso. Concluída a apresentação, a Presidente passou a palavra aos demais integrantes da Banca Examinadora para que procedessem com a arguição do acadêmico. Logo após, a banca se reuniu e considerou o TCC Aprovado com conceito A (média 9,2). A presente Ata foi por mim redigida e assinada pela Banca Examinadora. Após a aprovação, a acadêmica tem um prazo de até 30 dias, a contar desta data, para a entrega do documento final, ou em data limite para procedimento de colação de grau, se for o caso.

Maceió, 16 de Abril de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente da Banca – Prof.<sup>a</sup> Dra. Patrícia Cavalcante Ayres Montenegro

  
\_\_\_\_\_  
Orientador (a) - Prof.<sup>a</sup> Dra. Marta de Moura Costa

  
\_\_\_\_\_  
Examinador(a) Convidado(a) - Prof.<sup>o</sup> Dr. Eduardo Luiz Lopes Montenegro

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

- Aprovação condicionada ao acatamento das sugestões formuladas pela Banca e devolvido para tais formulações.  
 Indicado para publicação.  
 Aprovado com louvor.  
 Reprovado (a) e condicionado (a) proceder matrícula disciplina TCC.

Assinatura do Aluno (a) João Cavalcante V. Neto

## RESUMO

O estudo qualitativo e descritivo objetivou descrever a percepção dos Estudantes Estagiários em relação ao uso das interações e brincadeiras na Educação Infantil para o direito de desenvolvimento e aprendizagem. Optamos por entrevistar 10 (dez) Estudantes vinculados Curso de Educação Física – Licenciatura, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) que já cursaram Estágio Supervisionado I (Educação Infantil). Para captação dos discursos, foi utilizado um roteiro de entrevista composto por questões abertas, onde procurou buscar, através do pensamento intersubjetivo dos Estudantes Estagiários, explorar situações vividas em condições concretas de estágio. Para a análise dos dados o estudo propôs a análise de conteúdo (BARDIN, 2009). Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento propostos pela BNCC - Conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se - (BRASIL, 2017), definiram o caminho para a categorização dos dados e para análise descritiva. Percebemos que os estudantes do curso de Educação Física, em sua formação acadêmica inicial, já assimilam que as brincadeiras e interações são importantes para o desenvolvimento da criança e que auxiliam no processo de aprendizagem. Com relação a importância dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, percebemos que os estudantes entrevistados reconhecem e valorizam essa importância desses direitos. Em relação a visão dos entrevistados a respeito da relação professor e aluno, percebe-se que eles compreendem que esta relação deve ser horizontal, baseada no diálogo e respeito. Dessa forma, observamos que os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da educação infantil constituem um avanço legal com relação ao processo de formação da criança e que os estudantes de Educação Física estão cientes da importância desses direitos em sua prática pedagógica.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil; Educação Física; Estágio Supervisionado.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>2 OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL</b> .....	8
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	9
<b>4. DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS</b> .....	11
<b>4.1. Categoria 1 – A importância das brincadeiras para os direitos de aprendizagem e desenvolvimento</b> .....	11
<b>4.2. Categoria 2 - Percepção das interações no contexto das brincadeiras</b> .....	12
<b>4.3. Categoria 3 – Importância dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento</b> .....	13
<b>4.4. Categoria 4 - Relação professor-aluno nas atividades práticas do brincar</b>	14
<b>4.5. Categoria 5 – Garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento</b>	15
<b>4.6. Categoria 6 – Dificuldades encontradas pelo professor</b> .....	16
<b>CONCLUSÃO</b> .....	17
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	18

## INTRODUÇÃO

A educação infantil compreende a primeira etapa da educação básica e ela tem o caráter de complementar a educação recebida da família, portanto é dever da escola contribuir para o desenvolvimento da criança. A grande responsabilidade da educação infantil, de acordo com Almada (2007), é compreender o jeito especial de cada criança de estar no mundo, respeitando o seu tempo, seu estilo incomum de ser e sua individualidade. É importante que seja oferecido um ambiente rico em atividades lúdicas ao passo que proporcione um desenvolvimento sadio, desenvolva habilidades motoras, aumente a integração, estimule a sensibilidade; favoreça espaços livres que possibilitem as crianças se lançarem de maneira livre em suas ações criativas.

A brincadeira deve proporcionar para a criança a vivência de situações reais e imaginárias, propondo para ela desafios e instigando-a buscar soluções para as situações que se apresentam durante a brincadeira, levando-a a raciocinar, trocar ideias e tomar decisões: “o brincar é uma atividade natural e necessária para a criança, por meio dessas atividades a criança constrói o seu próprio mundo” (SILVA, 2015, p. 17).

Para Silva e Gonçalves (2010) o brincar e o jogar são momentos sagrados na vida de qualquer indivíduo e, especialmente, na vida das crianças. É com a prática das brincadeiras que as crianças ampliam seus conhecimentos sobre si, sobre os outros e sobre o mundo que está ao seu redor. As brincadeiras também favorecem a interação entre as crianças e contribui para o desenvolvimento das múltiplas linguagens, sejam elas verbais ou corporais.

No âmbito da Educação Infantil, Emenda Constitucional nº 59/2009 passa a ampliar a obrigatoriedade do ensino a todas as etapas da educação básica e prever a universalização do atendimento às crianças a partir dos 4 anos de idade. Com a inclusão da Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, BRASIL, 2017), mais um importante passo é dado nesse processo histórico de sua integração ao conjunto da Educação Básica.

Segundo a BNCC (BRASIL, 2017), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu Artigo 4º,

definem a criança como “sujeito histórico e de direitos, que interage, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”.

Também em seu Artigo 9º, as DCNEI definem as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes das práticas pedagógicas para esta etapa da Educação Básica. Para a BNCC (BRASIL, 2017), estes eixos estruturantes permitem à criança vivenciar “experiências por meio das quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização” (BRASIL, 2017, p. 33).

A partir destas referências pedagógicas, a BNCC (BRASIL, 2017) propõe os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica. Para a etapa da Educação Infantil, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento passam a assegurar as condições para que aprendam em situações diversas nas quais possam “desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural” (BRASIL, 2017, p. 34).

São os direitos de aprendizagem e desenvolvimento que definem a concepção de criança como um ser crítico e reflexivo que

observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, reitera a importância e necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola (BRASIL, 2017, p. 34).

Neste contexto, a utilização dos eixos estruturantes ‘interações e brincadeiras’ e a sua relação direta com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento permitem a organização das experiências e vivências em situações estruturadas de aprendizagem, considerando que, na Educação Infantil, “as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos

estruturantes as interações e as brincadeiras, assegurando-lhes os direitos de *conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se*” (BRASIL, 2017, p. 36).

A respeito da organização dos saberes, sob a ótica dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, é importante o monitoramento sistemático das propostas pedagógicas pois, este permite ao educador observar os efeitos e resultados de suas ações para as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, com o propósito de aperfeiçoar ou corrigir suas práticas. Para Coelho e Sousa (2010) é importante que os docentes reflitam sobre as suas proposições pedagógicas. Isto permite vínculos entre o que vivenciam e os seus conhecimentos teóricos-metodológicos adquiridos durante as suas formações inicial e continuada.

Não diferentemente, o Estágio Supervisionado surge como um espaço de sucessivas socializações de saberes docentes e de diferentes posturas específicas ao exercício profissional docente. Pimenta e Lima (2012) encontra, no campo de estágio, uma forte valorização da reflexão sobre a produção do conhecimento para a docência. Segundo os autores, a prática reflexiva abre espaço para que os professores em formação inicial materializem novas perspectivas de “análise para compreender os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais (...), nos quais se dá a sua atividade docente, para neles intervir, transformando-os” (p.49).

O ensino na Educação Infantil requer um tipo de atendimento que garanta uma dinâmica constante organização dos saberes para esta etapa. As interações e as brincadeiras se constituem num recurso pedagógico eficaz que envolve a criança nas atividades propostas. Valorizando o trabalho com brinquedos, os professores terão uma ferramenta indispensável para o trabalho cotidiano na aprendizagem de seus alunos.

É fundamental refletir como as interações e brincadeiras estão sendo desenvolvidas pelos Estudantes Estagiários no processo de ensino e aprendizagem. Buscar compreender como os Estudantes Estagiários percebem a organização dos saberes em torno do direito de aprendizagem e desenvolvimento permite a abstração da realidade em termos de suas relações concretas.

Amparado nestas proposições, o estudo justifica-se na medida em que poderá contribuir para o entendimento da forma como o Estudante Estagiário percebe a organização dos saberes para a garantia do direito de aprendizagem e desenvolvimento da criança em fase pré-escolar. Entender as suas percepções é o foco da pesquisa.

Para isso, definimos como objetivo geral descrever a percepção dos Estudantes Estagiários em relação ao uso das interações e brincadeiras na Educação Infantil para o direito de desenvolvimento e aprendizagem.

Neste sentido, propomos uma investigação que objetive compreender a concepção dos Estudantes Estagiários em relação ao uso das interações e brincadeiras na Educação Infantil para os objetivos de desenvolvimento e aprendizagem.

## **2 OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A educação infantil é a primeira etapa do processo de escolarização da criança na educação básica. A creche e a escola são as primeiras instituições formais pelas quais as crianças mantêm contato com a sociedade. De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017, p.32), “como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada”.

A educação infantil é caracterizada como uma fase em que a criança aprende brincando, por isso, as diferentes temáticas trabalhadas nas salas de aula devem ser pensadas a partir das experiências das crianças. Dessa forma é que surgem os direitos de aprendizagem para o ensino da educação infantil como forma de garantir as crianças dessa faixa etária o seu pleno desenvolvimento a partir das interações e brincadeiras.

Os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento da educação infantil devem ser colocados em prática desde o momento do planejamento das atividades por parte dos profissionais da educação até o momento de implementação desse planejamento.

### 3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo. Segundo Alves e Silva (2012, p. 65), “a pesquisa qualitativa se caracteriza por buscar uma apreensão de significados na fala dos sujeitos, interligada ao contexto em que eles se inserem e delimitada pela abordagem conceitual do pesquisador”.

O estudo pretendeu descrever como os Estudantes Estagiários percebem o uso da organização dos saberes em torno do direito de aprendizagem e desenvolvimento no âmbito do eixo estruturante ‘Interações e Brincadeira’.

Para Bauer & Gaskell (2015), a pesquisa descritiva, observa, registra, analisa, e correlaciona fatos, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador.

Em termos de definição da amostra, optamos por entrevistar 10 (dez) Estudantes vinculados Curso de Educação Física – Licenciatura, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) que já cursaram Estágio Supervisionado I (Educação Infantil). Para definirmos o critério de inclusão, ressaltamos que nosso entendimento é que estes estudantes poderão responder às questões com mais propriedade, considerando que os mesmos cursaram a atividade de Estágio I no período 2018.1, ou seja, período mais recente em que os preceitos da BNCC já era conteúdo programático do referido estágio.

Para a captação do discurso dos Estudantes Estagiários foi utilizado um roteiro de entrevista (Quadro 1) composto por questões abertas, onde se buscou, através do pensamento intersubjetivo dos Estudantes Estagiários, explorar situações vividas em condições concretas de estágio acerca do direito de aprendizagem e desenvolvimento da criança em idade pré-escolar.

#### **Quadro 1 – Roteiro de Entrevista.**

1. Qual a importância das brincadeiras para os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança
  2. Como você percebe as interações no contexto das brincadeiras, enquanto prática pedagógica no contexto da educação infantil?
  3. Na sua opinião, qual a importância dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento: (1) conviver; (2) brincar; (3) participar; (4) explorar; (5) expressar-se; e, (6) conhecer-se.
  4. Como você percebe a relação professor-aluno nas atividades práticas do brincar na educação infantil?
  5. Para você, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento: (1) conviver; (2) brincar; (3) participar; (4) explorar; (5) expressar-se; e, (6) conhecer-se estão sendo garantidos para o aluno? Justifique.
  6. Quais são as dificuldades encontradas pelo professor na implementação das atividades voltadas para as interações e brincadeiras na educação infantil?
-

Para a análise dos dados o estudo propôs a análise de conteúdo (BARDIN, 2009). O autor compreende que a análise de conteúdo consiste em um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (p. 38), podendo ser manipuladas pelo pesquisador na busca por respostas às questões de pesquisa.

Os direitos de aprendizagem (Quadro 2), deram suporte à seleção dos resultados e sua descrição pelas seguintes categorias:

Categoria 1 – A importância das brincadeiras para os direitos de aprendizagem e desenvolvimento;

Categoria 2 - Percepção das interações no contexto das brincadeiras;

Categoria 3 – Importância dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento;

Categoria 4 - Relação professor-aluno nas atividades práticas do brincar;

Categoria 5 – Garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento

Categoria 6 – Dificuldades encontradas pelo professor.

**Quadro 2 – Direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil**

<b>CATEGORIAS</b>	<b>ENUNCIADOS</b>
Conviver	Possibilidade de conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
Brincar	Brincar de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), de forma a ampliar e diversificar suas possibilidades de acesso a produções culturais.
Participar	Participar ativamente, com adultos e outras crianças na realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
Explorar	Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
Expressar	Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
Conhecer-se	Construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Fonte: BNCC (BRASIL, 2017).

## 4. DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

### 4.1. Categoria 1 – A importância das brincadeiras para os direitos de aprendizagem e desenvolvimento

Sobre a importância das brincadeiras para os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, dos 10 Estudantes entrevistados, 7 afirmaram que é importante para o desenvolvimento da criança:

As brincadeiras são de fundamental importância para o desenvolvimento da criança, pois é a partir da brincadeira que a criança irá se conhecer melhor, pode evoluir os aspectos: físico, social, cognitivo, entre outros. Então, a partir da brincadeira os direitos de aprendizagem e desenvolvimento serão adquiridos (E5).

É de grande importância, porque só com as brincadeiras que as crianças poderão obter todos esses direitos de aprendizagem e desenvolvimento. As brincadeiras fazem com que os alunos tenham novas experiências e evoluírem em todos os sentidos (E7).

Dois entrevistados, relacionaram a utilização das brincadeiras, ao processo didático e pedagógico que deve estar relacionado também à aprendizagem e ao desenvolvimento da criança:

Eu acho que brincando é possível que se eduque, assim sendo, as crianças da educação infantil terão a aprendizagem a partir das brincadeiras. Eu creio a estrutura pedagógica deva estar bastante organizada para que na prática atinja as expectativas de aprendizado para todas as crianças envolvidas nesse contexto (E8).

As brincadeiras são primordiais, pois não dá para garantir esses direitos de aprendizagem e desenvolvimento para a criança sem que haja a aplicação das brincadeiras nas aulas, é partir delas que todos esses direitos serão obtidos e assim as crianças poderão evoluir (E10).

Vergnhanini (2011, p.29) afirma que quando a criança brinca, ela amplia seu vocabulário, dá nome aos objetos, faz uso de expressões do dia a dia, conversa com outras crianças e com os brinquedos, estabelecendo relações

entre as brincadeiras simbólicas (jogos de faz de conta) e outras formas de linguagem, inclusive, resolvendo situações conflituosas e desafios que surgem nestes momentos, como dividir brinquedos, estabelecer papéis em uma brincadeira, construir um novo brinquedo, entre outros.

#### **4.2. Categoria 2 - Percepção das interações no contexto das brincadeiras**

No que diz respeito a percepção das interações, 5 afirmaram que elas são fundamentais no contexto das brincadeiras:

As interações são fundamentais, e partir das brincadeiras elas podem ser exercidas, porque as crianças estarão se relacionando com outras crianças e assim faz que as ajudem no processo de aprendizado (E6).

As interações são essenciais no contexto da brincadeira, pois elas levam as crianças a se relacionarem entre si, com os professores, e também com o ambiente em que ela está inserida (E5).

Dois entrevistados, declararam que as interações auxiliam no processo de aprendizagem das crianças:

Se bem estruturadas e direcionadas, as brincadeiras favorecem as interações facilitando a aprendizagem pela experimentação, tentativas de copiar os colegas, intenção de fazer melhor (E1).

As interações são fundamentais, e partir das brincadeiras elas podem ser exercidas, porque as crianças estarão se relacionando com outras crianças e assim faz que as ajudem no processo de aprendizado (E6).

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017, p.33), a interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças: “Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções”.

As interações são extremamente importantes para a aprendizagem e desenvolvimento da criança, assim, é fundamental que elas sejam realizadas nas atividades do brincar, e o professor tem um papel muito significativo nessa questão.

As interações devem fazer parte do cotidiano da educação infantil, pois, são elas que contribuem para o desenvolvimento integral da criança dessa faixa etária. Por isso, ao entrevistarmos pessoas que vão trabalhar com esta modalidade de ensino percebemos que as mesmas reconhecem a importância das interações, valorizando-as em sua prática profissional.

#### **4.3. Categoria 3 – Importância dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento**

No que diz respeito a importância dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, 4 dos entrevistados consideram que elas contribuem para o desenvolvimento da criança de uma forma integral:

Esses direitos fazem que com as crianças possam ter um crescimento completo, por que elas vão trabalhar todos os pontos que a criança necessita, ela é totalmente imprescindível (E7).

A importância desses direitos de aprendizagem é justamente a forma com ele trabalha integralmente o desenvolvimento da criança, então, esses seis tópicos ajudam para que seja de uma forma completa (E4).

Percebe-se que os entrevistados adotam uma postura de aceitação e valorização dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil. A efetivação desses direitos na prática pedagógica dos profissionais da educação infantil é imprescindível para garantir o pleno desenvolvimento integral da criança como um ser em sua totalidade.

Assim, garantindo os direitos de aprendizagem as crianças da educação infantil, estamos contribuindo para a formação de cidadãos críticos, atuantes e humanizados para viver em sociedade.

#### **4.4. Categoria 4 - Relação professor-aluno nas atividades práticas do brincar**

Quanto a relação professor-aluno nas atividades práticas do brincar, 4 dos entrevistados consideram uma relação onde existe muito respeito.

Eu vejo uma relação muito boa, onde na maioria das vezes os alunos compreendem e atendem aquilo que o professor pede, mas é muito importante que o professor motive a criança a cumprir aquilo que é pedido por ele (E7).

Eu vejo uma relação onde os alunos enxergam o professor muitas vezes com muita admiração, alguém que eles respeitam. Ao mesmo tempo, os professores devem se comportar de forma ativa e onde consigam perceber as diferenças e tratar todos os alunos de forma individual (E3).

De uma forma geral de mútuo respeito, o professor respeita as crianças em sua forma de trabalhar, sabendo que elas não são iguais, e que existem algumas que tem uma dificuldade maior de compreender as atividades. E o aluno procura também respeitar o professor e procura assimilar aquilo que é proposto (E10).

Segundo Vygotsky (1976, p. 78), a relação professor-aluno não deve ser uma relação de imposição, mas sim, uma relação de cooperação, de respeito e de crescimento, no qual o aluno deve ser considerado como um sujeito interativo e ativo no seu processo de construção de conhecimento. Assumindo o educador um papel fundamental nesse processo, como um indivíduo mais experiente. Por essa razão cabe ao professor considerar também, o que o aluno já sabe sua bagagem cultural e intelectual, para a construção da aprendizagem.

Todo processo ensino-aprendizagem deve ser respaldado por uma relação professor-aluno, baseada no diálogo e respeito mútuo. Trata-se, portanto, de uma relação horizontal em que haja também afetividade. Nessa perspectiva, o aluno é visto como um sujeito ativo do seu processo de aprendizagem e o professor tem um papel fundamental no sentido de ser um mediador na construção do conhecimento do aluno.

#### **4.5. Categoria 5 – Garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento**

Em referência a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, 8 dos entrevistados acreditam que esses direitos não estão sendo garantidos:

Ao meu ver, penso que não. Deve-se melhorar ainda muito a educação física como um todo para que todos esses direitos de aprendizagem e desenvolvimento sejam garantidos, de uma forma geral, estamos falhando como profissionais em nossa capacitação, para poder compreender a importância de todos esses aspectos e coloca-los em prática (E9).

Não. Existe um grande déficit, onde nem todos os direitos são garantidos. Depende de várias questões: quem é o professor, quem são os alunos, do ambiente. Por mais que se faça um planejamento, tenha um cronograma; a turma em si, vai fazer com que exista uma variabilidade muito grande, onde pode ser aplicada aquelas atividades ou não. Pelo que eu vejo, o que falta muito também, falta muito o conhecimento, para elaborar aulas, que envolva todos esses direitos de aprendizagem (E3).

Dois dos entrevistados acredita que em alguns casos sim, porém, depende de alguns fatores:

Em alguns casos sim. Isso irá depender da política da instituição, do profissional que está à frente da sala de aula, e da coordenação. O professor precisa de espaço físico adequado da instituição para proporcionar a vivência desses direitos pelas crianças, a coordenação por sua vez deverá dar suporte necessário e confiar no profissional e este deverá estar suficientemente preparado para exercer seu papel de facilitador deste processo. E sabe-se que muitos profissionais estão resistentes em aplicar a BNCC por falta de capacidade dentre outros fatores (E1).

Sim e não. Sim para a escola que cumpre, que tem uma estrutura, que tem um professor preparado para trazer todos os direitos; quando a escola consegue organizar tudo isso. Porém quando a escola não possui esses aspectos, não (E2).

Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil trata-se de algo novo, algo que ainda está sendo construído, visto que, foram muitos anos em que não se dava a real importância para a educação infantil.

Esses direitos vêm exatamente para se desconstruir a visão que se tinha anteriormente sobre a educação infantil, por isso, são avanços significativos que ao serem realmente efetivados, estarão contribuindo para uma formação integral da criança, garantindo-lhe o direito de viver em sociedade plenamente e ser feliz.

#### **4.6. Categoria 6 – Dificuldades encontradas pelo professor**

Com relação as dificuldades encontradas pelo professor, 6 entrevistados apontam como os maiores problemas a estrutura física e a falta de materiais da escola:

Acho que as duas maiores dificuldades são: a estrutura física que quase sempre não é o ideal e a falta de materiais para a aplicação das atividades (E8).

Para mim, as maiores dificuldades são os recursos, a parte física da escola, quando não tem espaço adequado para essas práticas, e também, o professor vem perdendo muito o respeito dentro da sala de aula, os alunos já não respeitam mais o professor. Existe também a falta de preparo do professor, que não sabe passar uma atividade para aquela determinada faixa etária da criança (E2).

Três dos entrevistados apontam a escola como uma das dificuldades por não dá as condições necessárias para o profissional:

Existem diversas dualidades que o professor encontra para poder implementar atividades voltadas para as interações e brincadeiras na educação infantil, muito disso se deve pela escola não dar as ferramentas necessárias para o professor exercer seu trabalho de uma forma ideal (E9).

As dificuldades são muitas vezes as crianças que são resistentes a participarem das atividades propostas pelo professor, o ambiente onde são aplicadas as aulas de educação física, a falta de apoio da coordenação da escola, para aquilo que é necessário para a execução das aulas (E3).

Martinelli *et al.* (2006) acredita que se os professores apresentarem a iniciativa de conversar com os alunos a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, oferecendo a oportunidade de um planejamento participativo, o interesse pelas aulas de Educação Física naturalmente aumentará. Deve-se levar em conta que foram os próprios alunos que sugeriram essa prática.

Silva e Damázio (2008) relatam que a ausência ou precariedade do espaço físico nas escolas para as aulas de Educação Física, podem ser observadas sob dois aspectos: o da não valorização social desta disciplina (desvalorização de sua importância no desenvolvimento integral do educando) e o descaso das autoridades para com a educação destinada às camadas populares.

## **CONCLUSÃO**

Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento garantidos pela BNCC vem consolidar os princípios estruturantes da educação infantil que são as interações e as brincadeiras, isto é, percebe-se o papel fundamental dos seis direitos dessa etapa de desenvolvimento da criança.

A partir da pesquisa realizada que teve como tema “direito de aprendizagem e desenvolvimento percepção dos estudantes estagiários em relação às interações e brincadeiras na educação infantil”, percebemos que os estudantes do curso de Educação Física, em sua formação acadêmica, já assimilam que as brincadeiras e interações são importantes para o desenvolvimento da criança e auxiliam no processo de aprendizagem.

Com relação a importância dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, percebemos que os estudantes entrevistados reconhecem e valorizam essa importância desses direitos. A visão dos entrevistados, no que diz respeito a relação professor e aluno, demonstra que eles compreendem que é necessário haver diálogo e respeito.

Em relação a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento na prática, observamos que a grande maioria dos entrevistados admitem que eles não estão sendo assegurados. Há uma distância entre aquilo que é proposto

pela BNCC com o que está sendo efetivado na prática. Isto se deve a diversos fatores citados também na entrevista, como: falta de estrutura física e materiais nas escolas para a aplicação das atividades planejadas pelo professor.

Dessa forma, observamos que os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da educação infantil constituem um avanço legal com relação ao processo de formação da criança e que os estudantes de Educação Física estão cientes da importância desses direitos em sua prática pedagógica.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Igor V. de. et al. **Dificuldades encontradas na Educação Física Escolar que influenciam na não-participação dos alunos: reflexões e sugestões**. Disponível em: < <https://www.efdeportes.com/efd136/dificuldades-encontradas-na-educacao-fisica-escolar.htm>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

ALVES, Zélia M. B.; SILVA, Maria Helena G. F. da. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia** (Ribeirão Preto) nº 2 Ribeirão Preto Feb./July 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-m863X1992000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-m863X1992000200007)>. Acesso em: 02.mai.2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 7 ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BAUER, Martin W. & GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 13. ed. Revisada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de novembro de 2009, Seção 1, p. 8. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm)>. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Brasília, 2017 Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)>. Acesso em: 07 abr. 2018.

COELHO, Patrícia J. S., SOUZA, Elizeu C. de. Educação infantil e formação docente. In: LEIRO, Augusto Cesar R., SOUZA, Elizeu C. de (Orgs). **Educação básica e trabalho docente: políticas e práticas de formação**. Salvador: EDUFBA, 2010.

ELOS EDUCACIONAL. **O brincar na Educação Infantil alinhado à Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <<https://www.eloseducacional.com/educacao/o-brincar-na-educacao-infantil-alinhado-a-base-nacional-comum-curricular/>>. Acesso em: 02 mar. 2019

PIMENTA, Selma g.; LIMA, Maria Socorro L. L. **Estágio e docência**. 7 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

SILVA, Daniela R. C. **Professor, uma peça importante**. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/professor-uma-peca-importante.htm>>. Acesso em: 02 mar. 2019

SILVA, Tiago A. da C.; GONÇALVES, Kaoê G. F. **Manual de Lazer e Recreação: o mundo lúdico ao alcance de todos**. São Paulo: Phorte, 2010.

SILVA, Tiago A. da C. **Jogos e brincadeiras na escola**. 1. ed. São Paulo: Kids Move Fitness Programs, 2015.

SOMARIVA, João F. G; VASCONCELLOS, Diego I. C.; JESUS, Thuiane V. de. **As dificuldades encontradas pelos professores de educação física das escolas públicas no município de Braço do Norte**. Disponível em: <[http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/simfop/artigos\\_v%20sfp/Jo%C3%A3o\\_Somariva.pdf](http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/simfop/artigos_v%20sfp/Jo%C3%A3o_Somariva.pdf)>. Acesso em: 02 mar. 2019